



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SECÃO II

ANO XIX — N.º 16

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 6^a SESSÃO, EM 22 DE JANEIRO DE 1964 — 1^a SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5^a LEGISLATURA.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E RUI PALMEIRA.

As 14 horas e 30 minutos, acha-ram-se presentes os Senhores Senadores:

Vivaldo Lima.
Edmundo Levy.
Joaquim Parente.
Sigefredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Dinarte Mariz.
Rui Palmeira.
Heribaldo Vieira.
Leite Neto.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.
Aarão Steinbruch.
Vasconcelos Torres.
Aurélio Viana.
Milton Sampcos.
Moura Andrade.
Pedro Ludovico.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Irineu Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havia número legal declaro aberta a sessão.

Vão ser lidas as atas das sessões e reuniões anteriores.

São lidos e aprovadas, sem debates, as atas da 4^a sessão e 20^a reunião, levadas em 17 e 20 de janeiro, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 2º Secretário procederá à leitura da ata correspondente à sessão de 21 do corrente.

Procede-se à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a ata. (Pausa).

O SR. AURÉLIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sobre a Ata). (Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, solicito de V. Exa. a retificação da Ata no que tange à citação do artigo do Regi-

mento em que me baseei na questão de ordem que entem suscitado. Referi-me ao Art. 158 do Regimento Interno, que diz:

"A sessão ordinária terá início às quatorze horas e trinta minutos, pelo relógio do Plenário, presentes no recinto, pelo menos dezenove Srs. Senadores e durará no máximo quatro horas, salvo prorrogação.

§ 1º. Verificada aquela hora inexistência de número, o Presidente, ocupando o seu lugar, declarará que não pode haver sessão, designando a Ordem do Dia para a sessão seguinte".

É esse o artigo e seu parágrafo.

O SR. PRESIDENTE:

A questão de ordem suscitada pelo Sr. Senador Aurélio Viana não procede. S. Exa. está propondo a retificação da ata.

O SR. AURÉLIO VIANA:

Pela ordem. Sr. Presidente.

V. Exa. pôs em discussão a ata. Pedi a palavra para pedir uma retificação. O art. a que referi é o de nº 158.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. se reportou ao art. 158, porém a Mesa dividiu nos termos do art. 17. A ata deve ser retificada conforme o pedido de V. Exa.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do expediente.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Ofício — do Sr. Senador Rui Palmeira, de 3 de dezembro de 1963 — Apresenta o relatório das principais ocorrências da 52^a Conferência Interparlamentar, realizada em Belgrado nos seguintes termos:

Brasília, 3 de dezembro de 1963.

Senhor Presidente:

De acordo com o artigo 37 do Regimento deste Grupo, cabe-nos, na qualidade de Chefe da Delegação brasileira à 52^a Conferência Interparlamentar, realizada em Belgrado, apresentar a essa Presidência o relatório das principais ocorrências daquele conclave.

Fazemo-lo com satisfação honrados com a missão que nos foi conferida.

Nossa Delegação se constituiu dos seguintes congressistas:

Senadores:

Rui Palmeira,
Irineu Bornhausen.

Ruy Carneiro,
Nogueira da Gama,
Argemiro de Figueiredo,
Arnon de Mello,
Flinto Müller,
Leite Neto,
Joaquim Parente.

Deputados:

Theodulo de Albuquerque,
Newton Carneiro,
Aderbal Jurema,
Antônio Feliciano,
Furtado Leite,
Franco Montoro,
Antônio Carlos Magalhães,
Aloysio Nonô,
Cândido Sampayo, e
Luiz Viana.

Essa Delegação, organizada por motivo de força maior às vésperas da realização do mencionado certame, teve a participação que era possível nos trabalhos da 52^a Conferência Interparlamentar. A representação do nosso Grupo já havia dado, na reunião de abril, em Lausanne, sua contribuição no preparo da agenda das temáticas que seriam discutidas na reunião de Belgrado.

Nossos companheiros, Senador Flinto Müller e Deputados Newton Carneiro e Franco Montoro, debateram os assuntos em pauta no plenário da Conferência.

Aos trabalhos internos das Comissões estiveram presentes, participando de suas deliberações, os delegados brasileiros designados para esse fim.

Serviu de Secretário da Delegação do Senado o funcionário Sr. Arthur Levy Schütte, que deu conta, com eficiência, do seu encargo, apesar de ter chegado com certo atraso a Belgrado por circunstâncias iniciais. Pela Câmara compareceu o funcionário Antônio Celso Barroso, que igualmente se desincumbiu a contento de sua missão.

Os Comitês de Imprensa do Congresso enviaram como seus representantes ao conclave os jornalistas Maria da Graça Dutra e Marcos de Faria.

As atividades da 52^a Conferência Interparlamentar duraram de 12 a 20 de setembro. E, no final, foram aprovadas as conclusões, cuja summa acompanha este Relatório.

Por esse resultado se pode aferir a importância e a atualidade dos temas abordados no mencionado conclave.

Essas conclusões devem ser oferecidas ao conhecimento dos parlamentares de todas as Nações participantes, como preceitua o Estatuto da União em forma de recomendação.

Dia a dia se fortalece o prestígio da União Interparlamentar, pelas

adesões que recebe e pela seriedade com que aprecia os assuntos de maior relevância para a vida de todos os povos.

Como se sabe, na Conferência de Brasília, para suceder ao eminente Professor italiano Deputado Codacci-Pisanelli, foi o Brasil honrado com a eleição do Deputado Ranieri Mazzilli para Presidente do Conselho Interparlamentar.

Sentimo-nos felizes em acentuar que, embora fôsse difícil a função, depois de mandato tão brilhantemente exercido pelo Deputado Codacci Pisanelli, o Presidente Mazzilli está mantendo com a preciosa e inestimável colaboração do Senhor de Blonay, Secretário-Geral da União, aquele mesmo vigoroso esforço no sentido de ampliar e consolidar o prestígio da Organização.

Assim, por inspiração do Presidente Mazzilli, nosso Grupo está desenvolvendo "démarches" para levar à União outros parlamentares americanos que não a integram ainda, alargando, dessa forma, a participação do Grupo Interamericano.

Com o estímulo desse louvável esforço, já em fevereiro do próximo ano, se reunirá em Washington a III Conferência Interparlamentar Americana.

Para encaminhar o assunto, foi realizada em Belgrado uma reunião dos Delegados dos países americanos, sob a Presidência do Deputado Mazzilli. Nessa reunião, foram assentadas medidas para assegurar o êxito da próxima reunião interamericana, com base no relatório apresentado pelo Deputado Newton Carneiro, que em companhia do Senador Mário de Sá, percorreu recentemente vários países da América.

Vale consignar que grande é o empenho do Grupo Norte-Americano, sob a direção dinâmica do Deputado Saint George, para garantir preçosos resultados à Reunião de Washington, conclave que terá grande significação para os povos deste Continente.

Reunião do Conselho da União

Realizou o Conselho duas reuniões, nos dias 11 e 13 de setembro. Estivemos presentes a essas reuniões, em companhia do Senador Flinto Müller. Ficou assentada a escolha de Luís de Alencar para o próximo encontro de abril e de Copenhague para a conferência de setembro.

Foram reeleitos os brasileiros integrantes do Conselho.

Estas, as notícias que nos parecem interessantes para o conhecimento das duas Casas do Congresso Brasileiro.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILLO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	FUNCIONARIOS
Semestre Cr\$ 50,00	Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 96,00	Ano Cr\$ 76,00
Exterior	Exterior
Ano Cr\$ 136,00	Ano Cr\$ 108,00

— Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um an.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sómente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Uma conclusão ressalta das considerações que estamos expondo: a necessidade de fazer-nos representar nas reuniões e conclaves promovidas pela União Interparlamentar. Esta é, aliás, a opinião dominante em outros parlamentares, convencidos de que serão úteis e proveitosos esses contatos e relevantes os assuntos que nele se tratam.

Será, entretanto, de toda conveniência que as delegações designadas para as futuras reuniões o sejam com maior antecedência, para melhor ordenação dos encargos e tarefas que terão de desempenhar.

Tivemos das Presidências do Senado e da Câmara o mais irrestrito apoio nas providências que solicitamos.

São estes, Senhor Presidente, os comentários que nos sentimos no dever de formular, cumprindo mandamento regimental.

Receba Vossa Excelência nossos protestos de maior apreço. — Rui Palmeira, Presidente do Grupo brasileiro da União Interparlamentar.

Ofício — do Sr. General de Exército Oswaldo de Araújo Mota, de 10 de dezembro de 1963 — Comunica haver deixado a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas e agradece as atenções que recebeu do Senado durante o tempo em que exerceu aquél cargo, especialmente no tocante à cessão do Palácio Monroe para sede provisória do referido órgão, como segue:

AVISO N° 588-QAB — Em 10 de dezembro de 1963

Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que, hoje, transmiti a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas ao Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Pery Constant Beviláqua.

2. Cabe-me, no momento e com satisfação o faço, agradecer a colaboração sempre pronta recebida de Vossa Excelência e de seus dignos pares, durante o exercício daquelas funções, destacando a entrega do Palácio Monroe, para sede provisória deste alto Órgão e cuja instalação efetuei no princípio de 1962. Na transmissão do cargo, recordei a feliz coincidência que me fôrça proporcionada, procurando, com as seguintes palavras dizer do meu apreço e do meu respeito por essa Casa do Congresso, e, portanto, pelo próprio Poder Legislativo:

“O EMFA, homenageado pelo Senado Federal, é hoje, o guardião de uma das casas de maior tradição na história política Brasileira — o Palácio Monroe. Sob a minha Chefia, processou-se a mudança fazem quase dois anos e estamos certo que vimos correspondendo à magnitude do gesto, cuja confiança nos conforta e cujo apreço nos distingue. Ao despedir-me do cargo, proporcionador dessa ventura, só me cabe reafirmar aos Senhores Senadores, e, portanto ao próprio Poder Legislativo, que o EMFA, não desmerecendo seu passado, continuará velando por este templo da liberdade pátria e pela consolidação do regime, eleito pelo nosso povo, por traduzir o seu espírito cristão, humano e pacífico.”

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos do meu profundo respeito. — General-de-Exército Oswaldo de Araújo Motta. Chefe do EMFA.

Ó SR. PRESIDENTE:

O Expediente vai à publicação. Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres, orador inscrito.

O SR. VASCONCELLOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com irrepreensível coerência venho tratando há cerca de um ano, nesta Casa, do problema da indústria automobilística.

Agora, quando poderemos grupos se unem pressionando o Congresso em desrespeito de uma medida do Sr. Carvalho Pinto, entendo que é o momento de concluir o Senado a presiliar a medida do ex-Ministro da Fazenda que está cobrando e cobrou, como lhe competia a dívida dessas empresas para com o erário federal da ordem de trinta bilhões de cruzeiros. O Ministro da Fazenda inten-rou fazer a cobrança e agora, em ampla e farta matéria paga, o Serviço de Relações Públicas das empresas automobilísticas dirige-se ao Congresso, ou mais precisamente ao Senado Federal, no sentido de que seja perdoado, que não seja cobrado aquilo que representa um direito para a Nação a pretexto de que indústria prestou grandes benefícios ao País.

Inegavelmente, benefícios foram prestados. Mas, em contrapartida, compromissos foram firmados, e esses compromissos terão que ser atendidos. Não será a farta matéria paga, pelos órgãos de publicidade, tanto na imprensa escrita e falada como na televisiva, que influirá no ânimo dos Senhores Senadores no sentido de se perdoar uma dívida séria, correta e decorrente dos compromissos assumidos pelas empresas de montagem de fabricação de viaturas neste País.

A indústria automobilística prepara um arduo através de expedientes pouco recomendáveis que atingirão fundos cofres públicos do País. Grupos já se encarregaram da preparação psicológica, declarando que, se o Congresso — no caso o Senado — não aprovar projeto de lei de isenção definitiva dos impostos de importação, taxas aduaneiras, etc., a indústria automobilística entrará em colapso. Além, tem sido uma constante do grupo da indústria automobilística fazer exigências, sob pena de paralisação, desemprego, aumento de custos, etc., sem jamais colocar o público a par de seus custos. O que se sabe de custos foi denunciado por mim, seguidamente, nesta Casa, sempre na mesma linha de defesa da economia brasileira e com aquéle refrão que fazem mais uma vez, de repetir: “ser contra a indústria automobilística é um crime; mas ser contra os lucros excessivos e extorsivos é um dever!”

Tenho enumerado várias vezes os favores governamentais, creditícios, fiscais, cambiais etc.; falarei mais adiante sobre a tolerância dos favores fiscais concedidos ao grupo da indústria automobilística, através de decretos, leis de prorrogações, assinaturas de termos de responsabilidades e quando isso tudo isso que o povo deu a essa gente esperando um dia a retribuição na forma de veículos a preço razoável e compatível com sua bolsa.

Com relação aos automóveis, tenho, aqui, uma estatística que diz o seguinte: (Le)

CASO DOS AUTOMÓVEIS

Índice de Nacionalização	Isenção de Impostos de Importação e Consumo e Taxas Aduaneiras
Até 1.7.957	50%
Até 1.8.958	65%
Até 1.7.959	85%
Até 1.7.960	95%
	Lei 2.993 isenção de 6.12.1956 até junho de 1959; Lei 3.768 — prorrogação até junho de 1962.

Atentem bem que, muito embora o índice de nacionalização exigido fosse de 95%, em 1960, ainda, foi permitido, pelo governo e pelo Congresso Nacional, importações de máquinas e equipamentos com isenção de impostos e taxas aduaneiras, até junho de 1962.

Vejamos agora, o caso dos Tratores. Desses tratores que estão sendo vendidos a Cr\$ 1.500 mil, mais caros do que o produto importado,

Índice de Nacionalização	Isenção de Impostos de Importação e Consumo e Taxas Aduaneiras
Dec. 47.473 de 1959 — inicial	Lei 3.963 isenções até junho de 1962
1ª etapa — 1.7.60 até 31.12.60 70%	
2ª etapa — 1.1.61 até 30.6.61 85%	
3ª etapa — 1.7.61 até 31.12.61 90%	
4ª etapa — 1.1.62 até 95%	
	Projeto de lei 4.457 de 1962 solicitando prorrogação da lei supra (3.963) até 31 de dezembro de 1963.
Dec. 50.836 de prorrogação e proteção dos índices de nacionalização	
1ª etapa até 30.9.61 70%	
2ª etapa até 30.6.62 85%	
3ª etapa até 30.6.63 95%	

Instalou-se a indústria de tratores pelo decreto 47.473 de 1959, com a obrigatoriedade de ser atingida a nacionalização 95% até janeiro de 1962. Assim receberam os favores fiscais, cambiais, creditícios, etc.

Todavia, fugiram aos compromissos assumidos inicialmente e o governo acolheu, como sempre, os seus “lamentos”, dilatando os prazos de nacionalização através do decreto 50.836,

concedendo-lhes prorrogação até atingir 95% em junho de 1963. Pelo exemplo verifica-se que não fazem outra coisa a não ser aumentar preços e pedir favores ao governo. Dar ao Povo automóveis, caminhões, e tratores, a preços acessíveis, em troca do que o povo tiraram em isenção de impostos, não lhes passa pela idéia. Estão agora, ameaçando colapso na indústria automobilística, caso não seja

aprovado o projeto de lei em tramitação na "casa", legalizando as isenções dos impostos concedidos mediante assinaturas de Térmos de Responsabilidade nas importações de máquinas e equipamentos pela indústria de tratores, a partir de junho de 1962.

Não vejo motivo para que se aprove esta lei, pois que, à época da vigência da lei 3.963, junho de 1962, o índice de nacionalização atingido foi de 85%. Ora para ser atingido, tal índice, já toda a maquinaria necessária à integração da indústria estava instalada e fazendo parte do processo da produção. A complementação da nacionalização de 15% é, geralmente, tornando-se por base a indústria automobilística, feita por partes ainda não fabricadas no parque de auto-peças

Fábricas 'Custo médio industrial)	Despesas em 1962 conforme Balancos	dividido	Pela Produção em unidades = Custo
	bilhões		Mil
	cr\$		cr\$
Willys	23	dividido	48.362 = 579
Volkswagen	12,5	dividido	53.000 = 236
DKW	8	dividido	15.544 = 546

Os Srs. Senadores se recordam de que pedi, mediante requerimento de informações, o custo de produção de cada veículo, e estarrecedoramente veio a informação de que o custo representa um sigilo e não pode ser de- vassado.

Com base nos balancetes das empresas e com auxílio de uma equipe de contadores, pude levantar o preço médio desses veículos fabricados no Brasil. Sem contestação, irrefutavelmente se provou que a margem de lucro das empresas montadoras de automóveis atingia às vezes até a cí- fra de 300%. Não pude ser contestado nas seções especializadas de automóveis nas revistas. A única coisa que disseram a respeito da minha atuação foi o seguinte: — O Senador Vasconcelos Torres é hoje o nome que mais devassou os segredos da indústria automobilística.

Essa indústria é necessária ao País. Contra ela não me levanto. Seria uma estultícia, seria até indignidade e impatriotismo combatê-la. Combato, sim, os gananciosos, aqueles que se querem valer de lucros imorais. Combato o fato de se ver, a pretexto de legítimo orgulho verde-amarelo, o veículo apenas na vitrina. A classe média e o proletariado não têm possibilidade de comprá-lo. Combato, portanto, esse contentamento ridículo de lambir a vitrina, sem ter direito ao carro que o povo brasileiro está pagando — como demonstrei no dia de hoje — através dos favores fiscais, cambiais e creditícios.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador) — Tem V. Ex^a tóda a razão ao tratar do problema do custo da indústria automobilística. Não se justifica e não se comprehende que, tendo sido ela favorecida, enormemente, no Governo do Sr. Juscelino Kubitschek, quando empresas — várias aquí se instalaram recebendo os favores governamentais — tenha estabelecido, no decorrer de tão pouco tempo, aumentos vertiginosos dos preços de carros, aos quais praticamente só têm acesso os privilegiados.

Dizia-se, antigamente, quando se tratava da questão dos preços dos carros importados da América do Norte, da França ou da Inglaterra, por isso mesmo inacessíveis à bolsa do remedado que, com a fundação da indus-

existentes no país, ou mesmo, quando fabricados, não atendam as necessidades das montadoras. Logo a nacionalização complementar (85% + 15% = 100) não necessita de maquinaria e sim de maior produção das fábricas de auto-peças.

Recolham os impostos e taxas aduaneiras relativos às importações de máquinas retiradas a partir do segundo semestre de 1962 (quando já havia sido atingido o índice de nacionalização de 85%) mediante assinaturas de Término de Responsabilidade. Já têm a seu favor a desvalorização da moeda. Que mais querem? Porque o "CHORO" desses grupos não vem precedido do custo dos seus veículos? O que, aliás, já denunciiei e torno a lembrar ao povo brasileiro:

mil cruzeiros, para a matriz, na Alemanha.

O Sr. Aarão Steinbruch — Foi recentemente assinada a regulamentação da lei de remessa de lucros pelo Sr. Presidente da República, que estava, aliás, tardando, de vez que a proposição foi aprovada pelo Congresso Nacional há mais de ano. O Sr. Presidente da República sómente há poucos dias regulamentou a matéria. Antes tarde do que nunca. Estaremos, entretanto, no Senado de sobreaviso para que não seja apenas uma regulamentação para constatar. Temos de acompanhá-la, fiscalizá-la para ver se realmente vai ser aplicada ou não a Lei de Remessa de Lucros. A verdade é que não se confia muito neste Governo que assina uma regulamentação para, em seguida, não cumpri-la. Devemos, portanto, estar atentos, para ver se vai ser cumprida. Estranho entretanto, que não tenha tido repercussão, na opinião pública, a regulamentação de matéria de tal importância. O fato significa que o povo não confia na ação governamental.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Tomara que não mais estejamos naquela fase tão bem descrita num conto do imortal Afrânia Peixoto. Contava ele que no cais do pôrto, um cidadão ao desembarcar tomava conhecimento de uma série de leis, de exigências, quando um carregador lhe segredou no ouvido: — "Não se incomode, porque a lei neste País foi feita para não ser cumprida". Que não haja atualidade naquele belo conto de fecunda imaginação literária do grande imortal brasileiro!

O Sr. Aarão Steinbruch — No caso não houve fecunda imaginação; crá apenas a expressão da verdade.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Naquela época como hoje estamos vendo que realmente a lei é feita só para estar no papel. Portanto, agitação social reinante que se agrava cada vez mais, poderá ter consequências as mais terríveis para nós neste País, fazemos as leis para não serem cumpridas.

Continuo dizendo que seria uma estultícia, um ato impensado, leviano e incorreto, Sr. Presidente, atacar-se, para e simplesmente, a indústria automobilística. Ela é tão forte que conta até com brasileiros que se prestam ao papel de testas-de-ferro, mas rigorosamente testas de ferro de capitais alienígenas que não têm em vista o contribuir para a melhoria de condição de vida que é o sentido que se deve imprimir ao dinheiro. Querem, apenas, o lucro fácil e extorsivo e não só com base na desvalorização impressionante da moeda, mas também como garantia precipitada de se ganhar o máximo, no mínimo de tempo possível.

Quero continuar tratando desta matéria num diálogo franco. Felizmente, as assertivas que tenho feito aqui jamais foram contestadas e jamais poderão sé-lo, porque disponho de documentos sobre os favores cambiais, creditícios e fiscais concedidos e balancetes que me levam a fazer a indagação de sempre: quanto custa o automóvel, o caminhão ou o trator brasileiro? As empresas não respondem, alegando um sigilo, que deve ser quebrado, de qualquer maneira, em benefício da economia e da dignidade deste País.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com todo o prazer.

O Sr. Aurélio Viana — O que está consubstanciado no projeto a que V. Ex^a se referiu no início da sua oração? De que trata o projeto? Sem a sua aprovação, disse V. Ex^a se não estou equivocado — a indústria automobilística do País pareceria, entraria em colapso.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exato.

O Sr. Aurélio Viana — O projeto pretendeu a esses favores à indústria automobilística. Mas, vem V. Ex^a e argumenta que só a Volkswagen é fabricada no exterior, por unidade fabricada no Brasil — Cr\$ 300.000,00.

E V. Ex^a acrescenta que ninguém descobriu ainda — porque é um mistério e, como mistério, é algo impenetrável o quanto custa, às empresas que fabricam automóveis, cada unidade fabricada. Fico, então, sob perplexidade. Para que a indústria automobilística brasileira ou a indústria automobilística que fabrica carros, no Brasil, não entre em colapso, há necessidade de mais favores. Mas, essa mesma indústria envia para o exterior lucros fabulosos, segundo Vossa Excelência! Por que, então, mais favores? Exato. Estou apenas apurando, para ouvir algumas explicações de V. Ex^a, que é um dos conterrâneos — segundo disse, referindo-se a uma revista especializada, que a Vossa Ex^a aludia — um dos conterrâneos mais atuais e profundos desta matéria. Precisa ou não a indústria que fabrica veículos, neste País, de mais favores? Se precisa de mais favores, porque envia tanto dos seus lucros para o exterior? E se não precisa de favores, porque então se aprovou o projeto a que V. Ex^a alude?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito bem apresentada a questão de V. Ex^a. O ex-Ministro da Fazenda, Professor Carvalho Pinto, — paulista e portanto insuspeito — porque a indústria automobilística tem sua base justamente no Estado de São Paulo — resolveu cobrar os trinta bilhões de cruzeiros que essa indústria deve ao erário federal. Todos os favores concedidos a seu tempo, na base da nacionalização progressiva dos veículos, foram atendidos.

Então a indústria, através seu Serviço de Relações Públicas — a expressão "relações públicas", vai se desmoralizando dia a dia tanto que agora já criaram uma outra, ou seja, "relações cívicas", usando-se a própria terminologia americana: "civic relations" — apela para o patriotismo, patriotismo dos congressistas e das autoridades administrativas, não em benefício do País mas sim do corpo industrial sem base econômica e sem base política no território onde estão assentadas.

O nobre Senador Aurélio Viana, com a argúcia e a visão dos problemas econômicos e políticos do País que o caracterizam abordou aspecto sobre o qual eu ia passar perfunctoriamente, e não quero esgotar tóda a munição da patrona porque, Sr. Presidente, neste assunto, pretendo ir até o último cartucho.

Tenho aqui, justamente, as declarações do presidente do Sindicato da Indústria Automobilística, apelando para o Congresso, especificamente para o Senado, em termos dramáticos, para nosso patriotismo, para nossa compreensão, como se compreensão e patriotismo não significassem também a defesa daqueles que pagaram, daqueles representados pelo povo. Não foi o Governo que concedeu pura e simplesmente esses favores. Foram dados à custa do povo, e no entanto, esse povo não pode adquirir um ve-

ículo.

Tenho aqui as palavras do Presidente do Sindicato da Indústria Automobilística de São Paulo, em que apela para o Congresso Nacional, para o Senado, e o Senado, Sr. Presidente, através de um dos seus mais modestos e até poderia ser mais preciso — o seu mais modesto e humilde representante (Não apoiado) ficou aqui, através do expediente regimental do Requerimento de Informações para saber o custo do automóvel, e

custo do caminhão, o do trator, e nada conseguiu.

Respondendo a V. Ex^a, são mais favores, favores dobrados porque representam o perdão de uma dívida por esse próprio reconhecida, de trinta bilhões de cruzeiros! Devem a, País, através os sucessivos decretos que foram por mim citados, na base dos índices de nacional e agora, à base de ameaça de um colapso. Não há colapso, porque quem faz as propagandas na televisão, no rádio, nos jornais, sorteando carros, quem concede favores e até agora essa parte que V. Ex^a abordou e que será objeto de um pronunciamento meu posterior, e da exportação, não pode estar em situação deficitária de maneira alguma, nem à beira de colapso.

Seria um paradoxo, Sr. Presidente, pois sei que aqui em Brasília, no meu Estado ou na Guanabara, existem pessoas que querem comprar carro e entram na fila! Há fila para compra de Volkswagen, há fila para compra de Aero-Willys, há fila para compra de DKW-Vemag, e nem sempre a produção é havida com aquela honestidade que deve marcar a fabricação de um produto, porque a ganância tem prevalecido e é justamente esta que, repetidamente, quero denunciar desta Casa.

Sr. Presidente, tenho em mãos um quadro que levantei com elementos colhidos inclusive no Senado: As empresas me mandaram os balanços e os balancetes, e por estes fui ao custo médio do veículo fabricado. Tenho aqui um pequeno quadro: — fabrico, custo médio industrial, despesa 1962, conforme balanço, dividido pela produção de unidade, o que, Sr. Presidente, em Contabilidade, necessariamente tem que dar o custo.

Willys — Despesas em 1962, 28 bilhões — dividido por 48.362, o custo da Aero-Willys sai por Cr\$ 573.000,00. O Senador Aurélio Viana, há pouco, disse o preço do Aero-Willys, já quase atingindo a casa dos quatro milhões de cruzeiros!

Wolkswagen — 12,5 bilhões, dividido — despesas do Balanço de 1962 — por 53.000, dá o custo de Cr\$ 276.000,00. Tem que mandar 300 mil para fora. Efetivamente, tem que cobrar o preço que cobra, muito mais de dois milhões!

DKW. Oito milhões. Despesas em 1962, conforme balanço, dividido pela produção em unidades, 15.514, ou seja o custo aproximado, no seu passado por unidade, 546 mil cruzeiros. Um DKW ou um Belcar.

Então, Sr. Presidente, os lucros que estão obtendo são efetivamente imorais. E este Governo e este Congresso não podem permitir que o projeto que vai ser votado aqui, tanto em breve, seja aprovado pura e simplesmente, sem exame mais detalhado.

Aqui, Sr. Presidente, se falará de sinceridade para sinceridade. Venham aqui os homens da indústria automobilística e contestem os seus balanços, porque justamente com seus balanços é que podemos ter a média da custo da unidade fabricada. Entretanto, esse custo é omitido. Tiveram que me remeter os balanços. Aliás, não são, mas o GEIA — esse GEIA que é uma repartição fantasma, que é uma repartição que existe às vezes. Quando convém, existe; quando não convém, não existe. Alega que o GEIA, — Grupo Executivo da Indústria Automobilística, — só impõe a indústria. Outras vezes, para defender o aumento do custo do veículo, o GEIA existe...

Chegamos ao ponto de o Ministro da Indústria e Comércio, perante a Câmara dos Deputados, declarar que não tinha elementos para dizer qual o custo do veículo nacional. E como é, ento, que o Ministério da Indú-

stria e Comércio tem ciência dessa tabela e autoriza que se venda o veículo pelo preço que se estipulou?

Sr. Presidente, parodiando Shakespeare: há qualquer coisa de podre no reino da indústria automobilística. Vamos defendê-la.

Qual de nós, em sá consciência, desejaria a falácia da indústria automobilística? Qual o brasileiro que, abordando este assunto, pretenderia o fechamento dessa indústria com o desemprego e falta de aplicação da mão de obra já altamente especializada em São Paulo, inclusive com um salário bem alto, proporcionando bom padrão de vida ao trabalhador? Qual de nós pretenderia que se estiolasse ou fizesse uma atividade de tanta importância econômica? Nenhum.

Mas, qual de nós não tem de erguer a voz, qual o Senador que não tem de protestar, se, realmente, contra o lucro moral, excessivo, exorbitante e indecente daquelas que, na indústria brasileira, afrontam a miséria do nosso povo a essa hora que passa?

Vejamos, por exemplo, o caso da indústria de auto-peças ou da indústria metalúrgica. Vejase que a indústria neste País, a pretexto do nosso orgulho, serve também para o menoscabo e a pobreza brasileira. Quem não sabe que há industrial metalúrgico em São Paulo que vive nas crônicas do "society" internacional, dando inclusive uma falsa impressão do povo brasileiro? Quem não sabe da história das amantes de Baby Pignatari, que ganha a custa do metalúrgico de São Paulo, e em nome da OPA viaja para os Estados Unidos, para a Europa ou para outros pontos do mundo, dando a falsa impressão de que no Brasil se ganha fácil?

Sr. Presidente, Baby Pignatari é um exemplo entre outros, de personalidades nacionais e internacionais que eu poderia citar como uma afronta, visando, justamente, demonstrar a minha tese de que a custa desse orgulho, desse patriotismo verde e amarelo, alguns ganham demais para desperdiçar, a pretexto do nome de uma industrialização que, de fato, nos orgulha e que temos de defender, mas que, internamente, nos humilha e nos achaçalha.

Baby Pignatari é o homem que simboliza todos os outros que saem desse País e vão em cruzeiro pelo Mediterrâneo para Mônaco, Paris, Londres, esbanjar nos grandes cabarés de Nova Iorque. E o fazem, Sr. Presidente, à custa da miséria, da falta de vestuário decente para o trabalhador metalúrgico.

Assim, também se verifica na indústria automobilística. Nomes não quero citar, por hora, mas quero dizer que, não obstante essa indústria ameaça entrar em colapso, não entrará, porque muitos dos seus diretores ostentam fortuna, e afrontam a miséria do povo brasileiro.

O povo brasileiro está em dificuldades de adquirir o que, em parte, lhe pertence. Os veículos estão adermando nos revendedores, mas, os gananciosos não reduzem os seus lucros, nem mesmo estabilizam os preços. Prefeem, com o auxílio dos maus brasileiros no governo, tratar da colocação do produto nacional no mercado externo, através da ALALC.

Srs. Senadores — Estejam certos que farei o que puder; farei o impossível para impedir que se exporte um produto cujo mercado interno ainda não foi suprido.

Se quiserem exportar para manter o alto preço, que concordem então, na redução da tarifa alfandegária para importações de carros usados, através de Sindicatos e órgãos oficiais, única forma de reposição da frota de automóveis existentes

Sr. Presidente, este é um assunto que marcou praticamente, no ano passado, uma parte de minha atuação parlamentar.

Repto que nada tenho contra quem quer que seja da indústria automobilística; pelo contrário, acredito que no meio se encontram brasileiros que apóiam minha tese. Brasileiros de grande tradição nacionalista e que ali ocupam cargos, não propriamente representantes de grupos internacionais, mas que pela sua experiência, pelo seu tirocínio bem podem chegar a um entendimento para que se possa salvar a indústria dando ao povo aquilo que o povo deu à indústria, e não permitindo como se tem feito até agora e rapido a frase com que iniciei meu discurso — que os veículos fiquem apenas nas vitrines, e, lambendo a vitrine, a classe média e o proletariado não tenham possibilidade de possuir o seu veículo.

Ser contra a indústria automobilística, Srs. Senadores, é um imperdoável crime de lesa-pátria. Mas calar diante dos fatos que aqui trago, com documentos e leis citadas, Sr. Presidente, seria imperdoável ao modesto representante de um Estado de pequena área geográfica que sente também esses problemas e não pode deixar de denunciá-los repetidamente à Nação.

Voltarei ao assunto com maior abundância de detalhes, na certeza de que o Senado, no instante em que abordo a matéria, terá a atenção voltada para a pressão que se faz, no sentido do perdão da dívida de Cr\$ 30.000.000.000,00 que a indústria automobilística deve ao País.

Vamos, através de emendas, e de convocação dos Diretores, debater o assunto, e os que forem patriotas e brasileiro chegarão a um acordo. Não estou aqui, Sr. Presidente, para uma *Detenda Carthago* e sim para falar — como todos os Srs. Senadores de resto — em nome do povo brasileiro, que viu crescer a sua indústria automobilística com orgulho e que, entretanto, sabe que o homem do povo de remuneração salarial, o homem da classe média e mesmo outros bem remunerados não podem adquirir um carro, pelas exigências que se fazem e pelo seu preço vultoso. Isso sem falar, evidentemente, da desonestade de algumas empresas que fabricam precariamente as suas viaturas.

Este, entretanto, é outro assunto que deixarei para mais tarde. Hoje, o que me traz à Tribuna, é chamar a atenção do Senado Federal para a pressão que se está fazendo no sentido de votarmos a matéria. Mas já não se vai votar em silêncio. Tenho emendas formuladas para, na devida oportunidade, apresentar. Conclamarei, então, a todos os Srs. Senadores, desapixonadamente. Não estou contra ninguém, não estou contra a indústria automobilística; estou, unicamente e exclusivamente, a favor do Brasil. (Muito bem, muito bem.)

O SR. DANIEL KRIEGER:

— Sr. Presidente, peço a palavra como Líder de Bloco.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o Sr. Senador Daniel Krieger, como Líder de Bloco.

O SR. DANIEL KRIEGER:

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegou ao meu conhecimento que o Conselho Nacional de Telecomunicações resolveu suspender a suspensão por 24 horas do funcionamento da emissora e da Rádio Tupi do Rio de Janeiro.

Tive conhecimento, também do voto proferido pelo eminentíssimo Conselheiro, ex-Deputado Federal por Alagoas, Carlos Gomes de Barros. Creio que S. Excelência, que representa naquele Conselho, a União Democrática Nacional concedeu bem, esclareceu extamente o nosso ponto de vista que ve harmoniza perfeitamente com o voto do nobre Conselheiro do nosso partido.

Não encontramos, por mais que examinássemos razões que determinassem essa suspensão. O motivo invocado para decretá-la foi uma resposta que o eminente Governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, deu ao Ministro do Trabalho Senador Amauri Silva. Mas quero dizer ao Senado da República e à Nação que nenhum elemento da União Democrática Nacional se levantaria ou protestaria, contra uma decisão do Conselho de Telecomunicações, desde que ela estivesse rigorosamente adstrita à lei e que fosse uma expressão reiterada das suas decisões. Porque em verdade, a lei a todos deve abranger e não apenas a alguns.

Mas o estranhável, Sr. Presidente, é que a Rádio Mayrink Veiga está constantemente a serviço da subversão no Brasil. Veículo da propaganda subversiva do deputado Leonel Brizolla nunca o Conselho de Telecomunicações tinha tornado qualquer decisão para restringir a sua atitude subversiva e prejudicial aos interesses do Brasil.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador) Quer-me parecer, pelas informações que até então obtive, que a decisão do Conselho é rigorosamente certa, de vez que foi infringido artigo do Código de Telecomunicações por parte da Emissora e da T.V. Tupi. Entretanto, solidarizo-me com V. Ex^a ao criticar o Conselho que usa de dois pesos e de duas medidas, que não censura outras emissoras e outras T.V. quando fazem a propaganda do Governo contra o Congresso Nacional, por exemplo. Daí por que me solidarizo com V. Ex^a. Se o Conselho não usa de imparcialidade, não deveria ter adotado essa provisão, retirando do ar, por 24 horas, a TV e a Rádio Tupi, muito embora os conceitos emitidos por essas emissoras não estejam de acordo com o meu pensamento político e filosófico.

O SR. DANIEL KRIEGER — Agradoço o aparte de V. Ex^a é V. Excelência na expressão geral, tem toda a razão. Votamos uma lei instituindo o Código de telecomunicações; e, se assim fizemos, devemos estar aristocráticos aos preceitos que votamos. Toda vez que uma TV ou um rádio infringe os princípios per nos estabelecidos, não temos nenhum direito de nos insurgir contra a punição contra elas estabelecidas. Não sei se, nesse caso, se concretiza a infração. Pelas informações que tenho elas não se verificaram; mas, admitindo que se tivessem concretizado, permaneça o meu protesto pela falta de equidade.

Equidade, Sr. Presidente e Senhores Senadores, é indiscutivelmente uma grande virtude. O Imperador romano Marco Aurélio, o extraordinário Marco Aurélio, já quase moribundo, quando o seu oficial de dia foi receber a senha nos últimos dias de sua vida, respondeu-lhe: "equidade". Atingivamente, perdemos o respeito, perdemos a estima, perdemos a admiração aquelas que não agem com equidade.

O Senhor Aarão Steinbruch — Agem com intolerância, inclusive!

O SR. DANIEL KRIEGER — Por isso, quero acentuar o meu protesto por esse tratamento diverso, por essa desenfreada e criminosa liberdade que se dá à Rádio Mairinky Veiga, para que transmita a todos os ouvintes do Brasil a pregação revolucionária e pela

restrição que se impõe a uma cadeia de rádio e televisão que pode ter erado transitória ou momentâneamente, mas que, indiscutivelmente tem prestado serviços à causa da democracia e da liberdade como a Rádio e Televisão Tupi.

Sr. Presidente: é esse procedimento traz uma profunda inquietude aos democratas, porque eles sentem que parte do Governo um tratamento profundamente desigual, de maneira liberal e irresponsabilidade àqueles que tramam contra as instituições republicanas existentes no Brasil e uma proteção desmedida, de acobirda e injustificável àqueles que atentam contra a vigência dessas instituições.

Fica, portanto, registrado nos Anais do Senado Federal, o protesto que faço em meu nome e do meu Partido e em nome de todas as conciências liberais desta Nação, sem exclusão de partidos e de credos, porque, nesta hora todos estaremos irmãos para defender a sobrevivência da liberdade e das instituições republicanas no Brasil.

Eram essas as palavras que a consciência me determinava, e que proferi com a unção de quem crê na eternidade do Direito, porque só ele pode sobreviver no caos e traçar rumos às nações. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARAO STEINBRUCH:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, já por diversas vezes temos reclamado desta tribuna e inclusive formulado requerimentos de informações às autoridades competentes, no caso a Presidência da República e o DASP sobre os motivos que determinam a não inclusão, nos quadros do Serviço Público, de milhares de pessoas que se submeteram, em todas as regiões do País a concursos públicos.

Existe um decreto que vem sendo prorrogado, automaticamente, pelo Sr. Presidente da República, proibindo de modo terminante as admissões no Serviço Público. Entretanto, esse decreto sómente existe no papel, de vez que, diariamente, são nomeadas dezenas de pessoas que não se submetem a nenhuma prova de habilitação, que não fazem sequer concurso de títulos.

Ora, à vezes de se convir a necessidade urgente para preenchimento de determinados cargos nos Quadros do Serviço Público pode determinar a nomeação de pessoas, sem a exigência preliminar do concurso. Mas, quando existem milhares e milhares de concursados, a medida não se justifica, porque contraria a Constituição federal, a lei ordinária e a boa norma da Administração do Serviço Público.

Há bem poucos dias, recebi uma delegação de pessoas modestas, que tinham vindo em comissão ao Senado Federal. Eram representantes de outros colegas seus que, a duras penas, após ingentes esforços, se tinham submetido a concurso e logo aprovado. Pessoas carentes de recursos, que trabalhavam em serviços particulares de dia e estudavam à noite, viajaram muitas vezes de uma região para outra a fim de se inscrever no concurso, pagaram a taxa de inscrição e até a presente data não foram aproveitadas, enquanto outras o foram em virtude de apadrinhamento político, de filiação político-partidária.

Há pouco tempo, as instituições de previdência social nomearam milhares e milhares de funcionários. O Sr. Ministro do Trabalho, Senador Amaury Silva, nosso colega da representação petebista nesta Casa, baixou portaria, determinando que, em trinta dias da data da expedição

da referida portaria, deveriam ser afastados esses elementos para serem aproveitados os concursados, ou então que os mesmos se submetesssem a concurso. Divergindo trinta dias já se passaram e até a presente data os Institutos não cumpriram a portaria.

Que autoridade tem pois S. Exa. o Sr. Ministro do Trabalho, de ditar normas para as instituições, de vez que ele é Ministro do Trabalho e da Previdência Social?

Fiz a esse propósito, também, Senhor Presidente, requerimento de informações que não me foi respondido no prazo regimental. Renovei o pedido, perguntando se já foi cumprida essa portaria. Se não me fôr respondido, no prazo que a lei assina em casos dessa natureza, serei forçado a responsabilizar a autoridade que não cumpri a lei mesmo porque parece estar sendo normal nos quadros governamentais não responder a requerimentos de informações.

Isso se justifica às vezes, pela mudança quase mensal dos Ministros. Mas reiteramos o pedido e queremos o pedido e queremos ver se alguma providência o Governo toma, se realmente atende aos reclamos desses concursados e os faz admitir no serviço público, uma vez que podem ser preferidos por outras pessoas que, inclusive são colocadas em certas funções sem o mínimo conhecimento, sem a mínima aptidão.

Essa era a reclamação que queria fazer, esperando que desta vez possamos ter uma resposta do Poder Executivo.

Quero, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, aproveitando o ensejo, apresentar as minhas congratulações ao Congresso Batista instalado ontem no Recife e que está reunido até o dia 29 fazendo votos pelo seu feliz êxito. (Muito bem).

Comparecem mais os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
José Guiomard
Oscar Passos
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugenio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
José Cândido
Antônio J. C.
Wilson Gonçalves
Dix-Huit Rosado
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Árgemiro de Figueiredo
João Agripino
Barros de Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermírio de Moraes
Silvestre Péricles
Arnon de Melo
Júlio Leite
Antônio Balbino
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Miguel Couto
Afonso Arino
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Padre Calazans
Lino de Mattos
Juscelino Kubitschek
José Feliciano
Lopes da Costa
Silvino Müller
Nelson Maculan
Mello Braga
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá (10).

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. Primeiro Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 1, de 1964

Requeremos sejam solicitados ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, as seguintes informações:

1) Qual a situação financeira do Brasil, nos últimos três anos, especificando-se o superávit ou déficit apurado, por exercício, a partir de 1961?

2) Quantas unidades tem a empresa em tráfego, e quantas paralisadas?

3) Houve inquéritos na empresa, nos últimos três anos? Quantos? Quais os motivos determinantes delas? Quais as conclusões firmadas e as providências adotadas em razão delas?

4) No orçamento da empresa, na verba de publicidade? Qual a dotação respectiva, por exercício, nos últimos três anos, e quanto foi efetivamente gasto?

5) Mantém a empresa escritório ou representação no exterior?

Em que países e cidades, e quanto despendeu com tais serviços, por exercício, nos últimos três anos?

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1964. — Josaphat Marinho.

Requerimento nº 2, de 1964

Senhor Presidente:

Requeiro seja reiterado o pedido de informações constante do meu Requerimento nº 477, de 1963.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1964. — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos não dependem de apoio nem de deliberação do plenário. De acordo com o art. 213, letra d, do Regimento Interno, serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

Esgotada a hora do expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

Presentes apenas 30 Senhores Senadores. A "na"ia constante da pauta está em regime de votação. Como não há quorum para deliberações, fica adiada para a sessão de amanhã.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELLOS TORRES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, recebi, para oferecer à Biblioteca do Senado, um exemplar da "Coletânea de Ementas", de 1950 a 1961, do Supremo Tribunal Federal, organizada pelos Oficiais Judiciais Jardel Noronha de Oliveira e Odaleia Martins. Será encaminhado ao Serviço de Informações Legislativa.

Sr. Presidente, poderia fazer este oferecimento sem solenidade, entregando o volume à seção competente para o registro e agradecimento a seus ofertantes. Mas, como se trata de trabalho de pesquisa, organizado por um digno conterrâneo meu, Jardel Noronha de Oliveira, alto funcionário do Supremo e que teve seu mérito realçado pelo Sr. Ministro Victor Nunes Leal, entendi, com permissão de V. Exa, e dos Srs. Senadores, que esta dádiva devia ser formalizada. E o que ora faço, eu que fui o intermediário desse oferecimento, ficando consignado, portanto, previamente, antes mesmo da entrega, o nosso agra-

decimento pela sima gentileza dos autores desse notável trabalho, em edição muito reduzida, de inegável utilidade para a Biblioteca do Senado.

Quero que V. Exa. me permita, Sr. Presidente, enviar à Mesa a fim de que tenha o destino competente, o exemplar por meu intermédio. Quero, também, agradecer a V. Exa. por me ter permitido no dia de hoje ocupar novamente a Tribuna para registrar oferecimento de inegável importância para estudos do Direito, nos seus diferentes ramos, que, nesta Casa, têm assento. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra vou encerrar a sessão designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 23 de janeiro de 1964

(Quinta-feira)

VOTAÇÃO

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem), que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Praça do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

DISCUSSÃO

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob ns. 808 a 808, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 16 horas)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA N° 3 DE 21 DE JANEIRO DE 1964

O Diretor-Geral no uso de suas atribuições resolve designar Romeu Arruda, Auxiliar-Legislativo, PL-9, para substituir a Chefe de Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal, durante o impedimento da respectiva titular.

Secretaria do Senado Federal, em 21 de janeiro de 1964. — Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral.

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
 Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — AL).
 Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
 Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).
 Quarto-Secretário — Gattete Pinheiro (PTN — PA).
 Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PI.
 Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).
 Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Góisomar Acre (sem exercício)
2. Eugênio Barros — Maranhão.
3. Lobão da Silveira — Pará.
4. Eugênio Barros — Maranhão.
5. Sebastião Archer — Maranhão.
6. Vitorino Freire (sem exercício e Suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão.
7. Sigeleto Pacheco — Piauí.
8. Menezes Pimentel (sem exercício e Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
9. Wilson Gonçalves — Ceará.
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Lelio Neto — Sergipe.
12. Antônio Baibino — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atilio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedito Vaiadas — Minas Gerais.
19. Filinto Müller.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Osvaldo Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Jucá — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermírio — Pernambuco.

SENADO

12. Silvestre Pericles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (sem exercício e suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
17. Bezerra Neto.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolfo Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Gattete Pinheiro — Pará.
2. Lauro de Matos — ES.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — ES.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbren — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnaldo de Almeida — Alagoas.
- SEM LEGENDA.

1. Josaphat Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

RESUMO

- Partido Social Democrático (P. S. D.)
 Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)
 Junta Democrática Nacional (J. D. N.)

FEDERAL

Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
PL Sem legenda	64
Total	68

Walfredo Gurgel — (RG)

- PTB
 Lider:
 Artur Virgílio — (AM).
 Vice-Lideres:
 Amauri Silva (licenciado) — (PR).
 Vivaldo Lima — (AM).
 Bezerra Neto — (MD).
 UDN
 Lider:
 Daniel Krieger — (RS).
 Vice-Lideres:
 Eurico Rezende — (ES).
 Padre Calazans — (SP).
 Adolfo Franco — (PR).
 PL
 Lider:
 Mem de Sá — (RS).
 Vice Lideres:
 Aloysio de Carvalho — (BA).
 PTN
 Lider:
 Lino de Matos — (SP).
 Vice Lideres:
 Cattete Pinheiro — (PA).
 PSP
 Lider:
 Miguel Couto — (RJ).
 Vice-Lider:
 Raul Giuberti — (ES).

BLOCOS PARTIDÁRIOS

- 1º — Maioria (39) Membros:
 PSD
 PTB
 2º — Minoria (17) Membros:
 UDN
 PL
 3º — Pequenas Representações (9) Membros:
 PTN
 PSP
 PSB
 MTR
 PR
 PDC
 Josaphat Marinho (Sem Legenda).

LIDERANÇAS

I — DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA

- Lider:
 Barros Carvalho — (PTB) — (PE).
 Vice Lideres:
 Vitorino Freire — (PSD — MA).
 Vasconcelos Torres — (PTB — RJ).
 Jefferson de Aguiar — (PSD — ES).
 Lobão da Silveira — (PSD — PA).
 Artur Virgílio — (PTB — AM).
 Bezerra Neto — (PTB) — (MT).

MINORIA

- Lider:
 João Agripino — (UDN — PB).
 Vice-Lideres:

- Daniel Krieger — (UDN — RS).
 Mem de Sá — (PL — RS).

PEQUENA REPRESENTAÇÕES

- Lider:
 Lino de Matos — (PTN — SP).
 Vice Lideres:
 Aurelio Viana — (PSB — GB).
 II — DOS PARTIDOS
 PSD
 Benedicto Valladares — (MG).
 Vice Lideres:
 Wilson Gonçalves — (CE).
 Sigeleto Pacheco — (PI).

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

- Moura Andrade — Presidente (PSD).
 Nogueira da Gama (PTB).
 Adalberto Sena (PTB).
 Rui Palmeira (UDN).
 Gilberto Marinho (PSD).
 Joaquim Parente (UDN).
 Cattete Pinheiro (PTN).
 Guido Mondin (PSD).
 Vasconcelos Torres (PTB).
 Reuniões Quartas-feiras às 10 horas.

Comissão de Agricultura

- 17 MEMBROS
 Presidente — Vago.
 Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).
 COMPOSIÇÕES
 P. S. D.
 TITULARES
 Eugênio Barros.
 José Feliciano.
 SÜPLNTES

1. Atilio Fontana.
 2. Pedro Ludovico.
 P. T. B.
 TITULARES
 Raul Giuberti.
 Dix-Huit Rosado.
 Nelson Maculan (licenciado).

SUPLENTES	
1	Eduardi Catalão (**).
2	Aarão Steinbruch
3	Vago.
U. D. N.	
TITULARES	
Lopes da Costa,	
Antônio Carlos	
SUPLENTE	
1	Daniel Krieger
2	João Agripino.
SUBSTITUTOS	
Reuniões	
Quartas-feiras, às 16 horas.	
Secretário: J. Ney Passos Dantas	
Auxiliar Legislativo PL-9.	
Comissão de Constituição e Justiça	
(11 MEMBROS)	
Presidente — Milton Campos (UDN)	
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)	
COMPOSIÇÃO	
P. S. D.	
TITULARES	
Jefferson de Aguiar,	
Rui Carneiro,	
Lobão da Silva,	
Wilson Gonçalves	
Josaphat Marinho	
SUPLENTES	
1	Menezes Pimentel (licenciado).
2	Leite Neto.
3	Benedicto Vallsdade.
4	Aarão Steinbruch.
P. F. B.	
TITULARES	
Amaury Silva (licenciado),	
Bezerra Neto,	
Edmundo Levi,	
SUPLENTES	
1	Argemiro de Figueiredo (**).
2	Silvestre Pericela.
3	Melo Braga.
U. D. N.	
TITULARES	
Aloysio de Carvalho	
Milton Campos.	
2	Afonso Arinos.
3	Daniel Krieger.
3	João Agripino.
Reuniões	
Quarta-feira, às 16 horas.	
Secretário: Ronaldo Ferreira Dias	
Auxiliar Legislativo PL-8.	
(*) Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, como titular.	
(**) Em substituição ao Senhor Amaury Silva, como titular.	

Comissão do Distrito Federal	
(7 MEMBROS)	
Presidente — Lino de Matos.	
Vice-Presidente — Pedro Ludovico	
COMPOSIÇÃO	
P. S. D.	
TITULARES	
Menezes Pimentel,	
Pedro Ludovico.	
Lino de Matos.	
SUPLENTE	
1. Filinto Müller.	
2. Eugênio Barros.	
3. Heribaldo Vieira.	
P. I. B.	
TITULARES	
Oscar Passos,	
Dix-Huit Rosado.	
SUPLENTE	
1. Aarão Steinbruch.	
2. Antônio Juca.	
U. D. N.	
TITULARES	
Dinarte Mariz,	
Eurico Rezende.	
SUPLENTE	
1. Lopes da Costa.	
1. Zacharias de Assunção	
Reuniões	
Quintas-feiras às 10 horas.	
Secretário: Jumieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo PL-8.	
Comissão de Economia	
(9 MEMBROS)	
Presidente — Filinto Müller (PSD)	
Vice-Presidente — José Ermírio — (PTB).	
COMPOSIÇÃO	
P. S. D.	
TITULARES	
Filinto Müller,	
Eugenio Barros,	
Atílio Fontana.	
José Guimard (licenciado).	
SUPLENTE	
1. Jefferson de Aguiar (*)	
3. Sigefredo Pacheco	
3. Sebastião Archer	
4. Josaphat Marinho	
4. José Kairala	
P. T. B.	
SUBSTITUTOS	
TITULARES	
José Ermírio	
Nelson Maculan (licenciado)	
Júlio Leite	
SUPLENTE	
1. Oscar Passos (**)	
3. Bezerra Neto	
(*) — Em substituição ao Senhor José Guimard como titular.	
(**) — Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, como titular.	

Comissão de Finanças	
(16 MEMBROS)	
Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).	
Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).	
P. S. P.	
COMPOSIÇÃO	
TITULARES	
Victorino Freire,	
Lobão da Silva,	
Sigefredo Pacheco,	
Wilson Gonçalves	
Leite Neto.	
SUPLENTE	
1. José Guimard (licenciado).	
2. Eugênio Barros.	
3. Menezes Pimentel	
4. Atílio Fontana.	
5. Pedro Ludovico.	
SUBSTITUTO	
1. José Kairala.	
P. T. B.	
TITULARES	
Amaury Silva (licenciado)	
Heribaldo Vieira	
Viraldo Lima	
SUPLENTE	
1. José Viegas (**).	
2. Pessoa de Queiroz	
3. Antônio Juca	
(*) — Em Substituição ao Senhor José Guimard como titular.	
(**) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular.	

P. T. B.

TITULARES

Argemiro de Figueiredo,
Bezerra Neto,
Dix-Huit Rosado,
Pessoa de Queiroz,
José Ermírio.

SUPLENTE

1. Nelson Maculan (licenciado).
2. Lino de Matos.
3. Amaury Silva (licenciado).
4. Aurélio Vianna.
5. Antônio Juca.

SUBSTITUTO

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Daniel Krieger,
Dinarte Mariz,
Irineu Bornhausen,
Lopes da Costa.

SUPLENTE

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

PL

TITULARES

Mem de Sá.

SUPLENTE

1. Aloysio da Carvalho.
Reuniões: 4^{as} feiras — 16:00 horas.
Secretário: Old Rügger, Auxiliar Legislativo, PL-10

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.
Vice-Presidente: Ruy Carneiro — (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Ruy Carneiro,
Walfredo Gurgel,
José Guimard (licenciado),
Raul Glubert.

SUPLENTE

1. Celso Neto.
2. Lobão da Silva.

SUPLENTO

3. Eugênio Viegas.
4. Júlio Teixeira.

TITULARES

Atílio Fontana
José Kairala.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTE

1. José Viegas (**).
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Juca

SUPLENTO

1. José Viegas (**).
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Juca

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga
U. D. N.
TITULARES
Euclio Rezende
R. D. N.
2. Lopes da Costa
4. Zácaras de Assunção
Reuniões: 1. s. feira às 10 horas.
SUPLENTES
Secretário: Vera de Alvarenga Ma-
fria, Oficial Legislativo, PL-6.

Comissão
do Polígono das Sécas

(7 MEMBROS)
Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélia Viana
(PDS)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Wilson Gonçalves

Ruy Carneiro

SUPLENTES

1. Sigefredo Pacheco

2. Leite Neto

T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado
Aurélia Viana

SUPLENTES

1. Argemiro de Figueiredo

2. Aron de Melo

3. Júlio Leite

U. D. N.

TITULARES

Dinarte Mariz
José Cândido

SUPLENTES

1. João Agripino

2. Lopes da Costa

Reuniões: 5. s. feiras — 16 horas

Secretário: Ney Passos Dantas

Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão de Redação

(6 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado
(PTB)
Vice-Presidente — Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Walfredo Gurgel
Sebastião Archer

SUPLENTES

1. Lobão da Silveira

2. José Feliciano

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. T. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado

SUPLENTES

Heribaldo Vieira

U. D. N.

TITULARES

Padre Calazans

Júlio Leite

SUPLENTES

1. João Agripino

2. Josephat Marinho

Reuniões: 4. s. feiras às 16 horas

Secretário: Sarah Abrahão, Oficial

Legislativo, PL-8.

Comissão
de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar
(PSD)
Vice-Presidente — Passos de Melo
(PTB).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Benedito Valladares
Filinto Müller
Jefferson de Aguiar
Aarão Steinbruch

SUPLENTES

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro
3. Jose Guimard (licenciado)
4. Victorino Freire

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. I. B.

TITULARES

Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Eduardo Catalão

SUPLENTES

1. Oscar Passos
2. Argemiro de Figueiredo
3. Antônio Jucá

U. D. N.

TITULARES

Antônio Carlos
José Cândido
Padre Calazans
Arnon de Melo

SUPLENTES

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino
4. Mem de Sá

Reuniões: 5. s. feiras — 16 horas

Secretário: Castejon J. B. Branco
Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão de Saúde

(16 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa — UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado
(PTB)

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Pedro Ludovico
Sigefredo Pacheco

SUPLENTES

1. Eugenio Bastos
2. Walfredo Gurgel

P. I. B.

TITULARES

Dix-Huit Rosado
Suplentes

U. D. N.

TITULARES

Antônio Jucá

SUPLENTES

1. Lopes da Costa

SUPLENTE

Padre Calazans

SUPLENTES

Raul Gilberti
Reuniões: Quintas-feiras — 16 ho-
ras.
Secretário: Eduardo Rui Barbosa
Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão
de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zácaras de Assunção
(UDN)
Vice-Presidente — Silvestre Pér-
cipes (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

José Guimard (licenciado)
Victorino Freire

SUPLENTES

1. Ruy Carneiro
1. Atilio Fontana (*)

SUBSTITUTO

2. José Kairala
P. I. B.

TITULARES

Silvestre Péricipes
Oscar Passos

SUPLENTES

1. Dix-Huit Rosado
2. Vago

U. D. N.

TITULARES

Irineu Bornhausen
Zácaras de Assunção

SUPLENTES

1. Adolfo Franco
2. Eurico Rezende

P. S. P.

TITULAR

Raul Gilberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto
Reuniões: Quintas-feiras — 16 ho-
ras.

Secretário: Alexandre Pfaender,
Oficial Legislativo PL-8.(*) — Em substituição ao Sr. José
Guimard, como titular.Comissão
de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricipes
(PTB)
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto
Sigefredo Pacheco

SUPLENTES

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB

TITULARES

Silvestre Péricipes
Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTE

1. Edmundo Levi
2. Vago

UDN

TITULARES

Antônio Carlos

Prorrogações:
Antônio Carlos
Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Marins
Lopes da Costa

PL

TITULAR

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16.00 ho-
ras.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.
Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Transportes, Co-
municações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD)
Vice-Presidente — Irineu Bornhau-
sen (UDN)

PSD

TITULARES

José Feliciano
Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguilar
2. Filinto Müller

PTB

TITULARES

Bezerra Neto

Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Péricipes
UDN

TITULAR

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zácaras de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16.00
horas.

Secretário: Alexandre Pfaender,
Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão Especial do Projeto
de Emenda à Constituição
nº 2, de 1961.

Dispõe sobre: Altera os arti-
gos 28, 58, 58, 60, 110 e o pará-
grafo único do art. 112 da Cons-
tituição Federal.

— organização administrativa
do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembar-
gadores do Tribunal de Justiça
do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distri-
to Federal;

— composição da Câmara dos
Deputados e do Senado Federal
e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Pre-
sidente e do Vice-Presidente do
Tribunal Regional Eleitoral do
Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto
de renda fixada aos Municí-
pios;

Eleita em 16-8-1961, com exceção
dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em
30-2-1962.

Ison Maculan — designado em
15-5-1963.

Lobão da Silveira — designado em
23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em
29-10-1962.

SUPLENTE

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;
Até 15-12-1963 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
- Lobão da Silveira — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedicto Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves — PSD.
- Neison Maculian — PTB.
- Silvestre Péricles — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos — UDN.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Ruy Palmeira — UDN.
- Aloysio de Carvalho — PL.
- Mem de Sá — PL.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedicto Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves — PSD.
- Neison Maculian — PTB.
- Silvestre Péricles — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
- Bezerra Neto — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Ruy Palmeira — UDN.
- Aloysio de Carvalho — PL.
- Mem de Sá — PL.

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.

Dá nova redação ao art. 65, item 4, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 28 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 26 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 77-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira — Relator — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedicto Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves — PSD.
- Silvestre Péricles — Relator — PTB.
- Ramón Silva — PTB.
- D. C. N. 24-8-63 (S. I.), pág. 2.132
- Nogueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB.
- Daniel Krieger — UDN.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos — UDN
- Ruy Palmeira — UDN.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
- Mem de Sá — PL.

- Menezes Pimentel — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Guido Mondin — PSD
- Silvestre Péricles — PSL
- Vivaldo Lima — PTB
- Amaury Silva — PTE
- Pinto Ferreira — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- Lopes da Costa — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8 de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 8 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Bezerra Neto, designado em 22 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 609-61, aprovado em 14-12-61;

Até 15-12-63 — Requerimento nº 779-62, aprovado em 12-12-62.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (aplicação da varzea proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29.3.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Péricles — designado em 23.4.1963;

Catete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Wilson Gonçalves — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Lobão da Silveira — PSD.
- Guido Mondin — PSD.
- Pinto Ferreira — PSL
- Bezerra Neto — PTB.
- Araury Silva — PTE.
- Vivaldo Lima — PTB.
- Daniel Krieger — UDN.
- Eurico Rezende — UDN.
- Milton Campos — UDN.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Lopes da Costa — UDN.
- Aloysio de Carvalho — PL.
- Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 16 revoga o item V e o § 5º do artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 28 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 27 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 16 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Guido Mondin — PSD
- Pinto Ferreira — PSL
- Bezerra Neto — PTB
- Araury Silva — PTE
- Vivaldo Lima — PTB
- Daniel Krieger — UDN
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- Lopes da Costa — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (cria os novos Municípios).

Eleita em 28.3.1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 28.3.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 3.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 28.4.1963;

João Agripino — designado em 13.4.1963;

Catete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 64-62 aprovado em 12-12-62

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Guido Mondin — PSD
- Silvestre Péricles — PIB
- Nogueira da Gama — PIB
- Barros Carvalho — PIB
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- Eurico Rezende — UDN
- João Agripino — UDN
- Catete Pinheiro — UDN
- Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art. 186 da Constituição referente à obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a participação de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962 salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-4-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PI
16. Lino de Mattos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

Prorrogação:
Até 15-12-1962 — Requerimento nº 86-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD

5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PI
16. Lino de Mattos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurélio Vianna — PSD.

Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 551-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

Membros — Partido

1. Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Arthur Virgílio — PTB
4. Edmundo Levy — PTB
5. Adolpho Franco — UDN
6. Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN
7. Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 26-8-1963).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

1. José Feliciano — PSD
2. Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD
3. José Ermírio (Presidente) — PTB
4. Lopes da Costa — UDN
5. Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

1. Wilson Gonçalves
2. Leite Neto
3. João Agripino
4. Eurico Rezende e
5. Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 787-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Mieuel Couto — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

1. Wilson Gonçalves
2. Leite Neto

Josaphat Marinho

Eurico Resende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Mieuel Couto — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Josaphat Marinho

Wilson Gonçalves

Eurico Resende

Julio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1961, salvo os Srs Senadores

Wilson Gonçalves

Eurico Resende

Amaury Silva e

Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedicto Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTE
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Resende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giubert — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Péricles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Wilson Gonçalves — PSD
4. Menezes Pimentel — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Bezerra Neto — PTB
8. Vago — PTB
9. Eduardo Catalão — PTB
10. Vasconcelos Torres — PTI
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
15. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores:

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB

Aloysio de Carvalho — PL

Bezerra Neto — PTB

Pinto Ferreira — PTE

Silvestre Péricles — PTB

Adalberto Sena — PTE

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

João Agripino — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — S. legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humoerto Neder — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação, em 18.9.1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

1. José Feliciano — PSD
2. Atilio Fontana — PSD
3. Eugênio Barros — PSD
4. José Ermírio (Relator) — PTB
5. Bezerra Neto — PTB
6. Melo Braga — PTB
7. Lopes da Costa — UDN
8. Milton Campos — Presidente — UDN
9. Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador José Ermírio).

Adolpho Franco — UDN

Aurélio Viana — Pequenas Representações

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63).

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Leite Neto (Presidente) — PSD
3. Nelson Maculan — PTB
4. João Agripino (Relator) — UDN
5. Josaphat Marinho — Pequenas Representações

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas

(Criada em virtude da aprovação, em 18.9.1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira).

(6 MEMBROS)

Membros — Partidos

1. Atilio Fontana (Presidente) — PSD
2. José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
3. José Ermílio (Relator) — PTB
4. Adolpho Franco — UDN
5. Aurélio Viana — Pequenas Representações

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

1. José Feliciano — PSD
2. Atilio Fontana — PSD
3. Eugênio Barros — PSD
4. José Ermírio (Relator) — PTB
5. Bezerra Neto — PTB
6. Melo Braga — PTB
7. Lopes da Costa — UDN
8. Milton Campos — Presidente — UDN
9. Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessões de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Industrial.

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(15 MEMBROS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Leite Neto (Presidente) — PSD

Neto — Maculan (Vice-Presidente) — PSD

John Pinheiro (Relator) — UDN

João Marinho — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.

(Criada em virtude da aprovação, em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32 de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senadores).

(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS — PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD

Vice-Presidente: Leite Neto — PSD

Relator: Eurico Rezende — UDN

Jefferson de Aguiar — PSD

Atílio Fontana — PSD

Artur Virgílio — PTB

Bezerra Neto — PTB

Aurélio Viana — PTB

Júlio Leite — PTB

Melo Braga — PTB
João Agripino — UDN
Daniel Krieger — UDN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.

Altera o art. 138 da Constituição Federal (Ineligibilidades).

Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Viana.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

José Feliciano — PSD

Walfredo Gurgel — PSD

Argemiro de Figueiredo — PTB

Bezerra Neto — PTB

Silvestre Pericles — PTB

Edmundo Levi — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

Aloysio de Carvalho — UDN

Afonso Arinos — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Raul Giuberti — Pequenas Representações

Júlio Leite — Pequenas Representações

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.

Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Viana.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

José Feliciano — PSD

Walfredo Gurgel — PSD

Argemiro de Figueiredo — PTB

Bezerra Neto — PTB

Silvestre Pericles — PTB

Edmundo Levi — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

Aloysio de Carvalho — UDN

Afonso Arinos — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Raul Giuberti — Pequenas Representações

Júlio Leite — Pequenas Representações